

O Governo dos Outros

**Poder e Diferença
no Império Português**

**Ângela Barreto Xavier
Cristina Nogueira da Silva**
(organizadoras)



**Imprensa
de Ciências
Sociais**

Índice

Os autores 13

Introdução

**Construção da alteridade no império português:
temas e problemas** 21

Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira da Silva

Parte I

Constantes do governo dos outros no império português

Capítulo 1

Fazer um império com palavras 67

António Manuel Hespanha

Capítulo 2

**Reflexões para uma história política das categorias raciais
no Ocidente** 101

Jean-Frédéric Schaub

Capítulo 3

**Império e escravidão: nexos, tensões, controvérsias
(ca. 1450-1600)** 125

Giuseppe Marcocci

Capítulo 4

**A língua como segunda pele: a representação dos negros
africanos no teatro português (séculos XV-XVII)** 151

André Belo

Capítulo 5

- Julgando os outros e os outros como juizes: Félix Correia de Araújo na Angola de finais do século XVIII** 175
Luís Cabral de Oliveira e Manuel de Magalhães

Capítulo 6

- As dinâmicas internacionais do «reformismo imperial» português: o caso da transformação das políticas de trabalho nativo (1961-1962)** 205
José Pedro Monteiro

Capítulo 7

- A voz dos *bandos*: colectivos de justiça e ritos da palavra portuguesa em Timor-Leste colonial (séculos XIX-XX)** 235
Ricardo Roque

Parte II

Cidadania e liminaridade

Capítulo 8

- Ser cidadão no Estado da Índia (séculos XVI-XVIII). Entre o local e o imperial** 267
Ángela Barreto Xavier

Capítulo 9

- O sujeito, o cidadão e o colonizador na Goa dos séculos XIX-XX** .. 293
Sandra Ataíde Lobo

Capítulo 10

- Assimilacionismo e *assimilados* no império português do século XX: uma relação equivocada** 323
Cristina Nogueira da Silva

Capítulo 11
Libertos ingratos: práticas de redução ao cativo na América portuguesa (século XVIII) 365
Fernanda Pinheiro

Capítulo 12
«Nobreza» e «cidadania» dos Brasis. Hierarquias, impedimentos e privilégios na América portuguesa (séculos XVII e XVIII) 387
Ronald Raminelli e Maria Fernanda Bicalho

Capítulo 13
«O Portugal das aldeias» em África (século XX). Discursos de diferenciação e hierarquização dos colonos 409
Cláudia Castelo

Parte III **Representação política e cultural das populações do império**

Capítulo 14
As Cortes de Portugal e o governo dos «territórios ultramarinos» (séculos XVI-XVII) 437
Pedro Cardim

Capítulo 15
O louvor da (in)distinção. Portugal e o ultramar nas coleções de Diogo Barbosa Machado (século XVIII) 467
Rodrigo Bentes Monteiro

Capítulo 16
Impérios portáteis: três atlas na era das revoluções atlânticas (1776-1822) 509
Iris Kantor

Capítulo 17	
Casa dos Estudantes do Império. Da opção imperial à luta contra o colonialismo português (1944-1965)	523
<i>Pedro Almeida Ferreira</i>	
Parte IV	
Um império singular?	
Capítulo 18	
Império, direitos e cidadania, de 212 a 1946	543
<i>Jane Burbank e Frederick Cooper</i>	
Capítulo 19	
Uma história de três impérios: mogóis, otomanos e habsburgos em contexto comparativo	593
<i>Sanjay Subrahmanyam</i>	
Capítulo 20	
«És capaz de reconhecer um espanhol quando vês um?» «Nós» e «eles» no Atlântico ibérico da época moderna	619
<i>Tamar Herzog</i>	
Bibliografia	637

Ângela Barreto Xavier
Cristina Nogueira da Silva

Introdução

Construção da alteridade no império português: temas e problemas

A gestão da diversidade e da diferença é um tema central da governabilidade das sociedades contemporâneas, ocidentais e não ocidentais, nas quais interagem grupos muito diversos do ponto de vista da sua proveniência geográfica e da sua cultura. Sabemos que essa gestão está na origem de problemas complexos, para os quais não existem respostas definitivas. Sabemos também que estes não são problemas exclusivos das sociedades contemporâneas. No passado foi grande o número de entidades políticas nas quais se geraram situações de igual complexidade. Entre elas, destacam-se as configurações imperiais, onde o governo daqueles que, além de «diferentes», foram percebidos (e construídos) como «outros», foi rotineiro, tanto na metrópole como fora dela. Em contraste com as sociedades contemporâneas – nas quais, pelo menos em teoria, o governo da diversidade não supõe a transformação dos «diferentes» em «outros» mas, em vez disso, a valorização da diferença –, nas experiências imperiais essa transformação foi necessária para a conservação do poder imperial. Por isso optámos por dar a este livro, no qual apresentamos os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto «O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português (1496-1961)», o mesmo título que já antes identificou o projecto.¹ O seu objecto é a análise das experiências de exercício do poder, da gestão da diferença, e da construção jurídica e social do «outro» no

¹ Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HIS-HIS/104 640/2008), cujo apoio agradecemos. Outros resultados do mesmo projecto foram a base de fontes jurídicas *online* também denominada O Governo dos Outros (www.ogovernadosoutros.ics.ul.pt) e um conjunto de publicações da autoria dos seus investigadores. Ao longo desta introdução, e sempre que se revelou pertinente, as publicações dos investigadores e dos bolsiros relacionadas com o projecto foram especialmente contempladas, de modo a que o leitor possa ter uma perspectiva mais completa do trabalho então realizado.

império português, entre os séculos XVI e o século XX. Além dos estudos dos investigadores e bolseiros do projecto, este volume integra ainda outros, complementares, generosamente partilhados pelos consultores do projecto e por investigadores com quem, ou com cuja produção bibliográfica, os membros do projecto dialogaram.

O vocábulo «governo» reenvia, neste título e neste livro, para uma literatura que remonta, pelo menos, à filosofia aristotélica sobre o governo de si (*Ética a Nicómaco*), o governo económico (*Oeconomia*), e o governo político (*Tratado da República*), sendo Michel Foucault e a sua obra um dos expoentes contemporâneos que inspiram muitas das abordagens aqui desenvolvidas.² Já o vocábulo «outro» convoca a questão da alteridade, da percepção e reconhecimento da diferença, da sua construção e transformação em alteridade jurídica e socialmente operativa, alteridade essa que, no império português, se pode identificar não apenas entre os colonizados, mas também entre colonos e colonizadores – pois também estes foram, em vários momentos, diferentes e «outros».³ Um terceiro conceito central neste livro, embora não explicitado no seu título, é o de «cidadania», o qual remete para processos de inclusão e de exclusão dos «outros» que se quiseram governar, para a atribuição/reivindicação/conquista de direitos e de obrigações por parte desses «outros», bem como para a multiplicação de situações dos indivíduos implicados nas relações coloniais face às categorias da cidadania que foram sendo construídas no período sob análise.

Outra dimensão do Governo dos «Outros» não totalmente ausente das experiências aqui discutidas, embora lateral à maior parte das abordagens, é a do governo mimético, *i. e.*, da adopção consciente de com-

² Ver, por exemplo, Michel Foucault, *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France, 1982-1983* (Paris: Gallimard/Le Seuil, 2008).

³ A história da reflexão sobre a alteridade no mundo ocidental cruza vários lugares de pensamento e várias áreas disciplinares. Sobre esses debates – e suas implicações em cadeia – vejam-se, apenas a título de ilustração, os livros de Jacques Derrida, *L'écriture et la différence* (Paris: Seuil, 1967); Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre* (Paris: Le Seuil, 1990) e Brian Treanor, *Aspects of Alterity. Levinas, Marcel and Aspects of Contemporary Debate* (Fordham University Press, 2006). Uma abordagem comparativa, na diacronia, da maneira como estes problemas foram sendo tratados em várias experiências imperiais encontra-se em Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History. Power and the Politics of Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2010). Ver também Francisco Bethencourt, *Racisms. From the crusades to the twentieth century* (Princeton: Princeton University Press, 2013) e Jean-Frédéric Schaub, *Pour une histoire politique de la race* (Paris: Seuil, 2015). Apesar da complexidade do problema, e assumindo a sua redução a esquemas de compreensão relativamente simples, os vocábulos «outro» e «outros» reenviam para o objecto no qual se identifica a alteridade/a diferença. Apesar de a diferença de género ser, evidentemente, uma diferença transversal (e nesse sentido, constitutiva) a todas as formas de alteridade, ela não foi estruturante da análise aqui desenvolvida.

portamentos e de formas de governar próximas das «nativas», por forma a garantir a sobrevivência da situação imperial.⁴

Tendo como pano de fundo estes conceitos, foram as seguintes as questões para as quais se procuraram respostas: Como é que se foi construindo e conservando a comunidade imperial portuguesa na sua relação com a alteridade, tendo em conta culturas políticas «em mudança» e práticas diferentes e frequentemente contraditórias? Qual o papel que a negociação política e cultural aí desempenhou? Como é que as populações diferentes do império foram percebidas, identificadas e transformadas em «outros» (escravos, novamente convertidos, libertos, assimilados, colonos pobres, etc.)? O que é que estes processos nos revelam sobre os mecanismos de integração, assimilação, exclusão, ou até de «imitação», que operaram no império português?⁵

Para muitas destas questões existem já respostas parciais na vasta literatura que sobre elas tem incidido, a qual, por razões de economia textual, não pode ser aqui recenseada de modo exaustivo.⁶ Outras podem

⁴ O colóquio internacional «Mimesis and the Government of Difference. New approaches to the history of the Portuguese Empire» (Birkbeck College, Universidade de Londres, 31 de Maio e 1 de Junho, 2013), co-organizado por Ângela Barreto Xavier, Ricardo Roque e Zoltán Biedermann, permitiu discutir, precisamente, esta relação entre governamentalidade do império e imitação.

⁵ Considere-se, a esse propósito, o inspirador elenco de possibilidades que se encontra em Bruce Janz, «Alterity, dialogue and african philosophy», in *Post-Colonial African Philosophy, A Reader*, ed. Emmanuel Chukwudi Eze (Cambridge: Blackwell, 1997), 231-232.

⁶ Particularmente relevante para a reflexão aqui proposta é o caso do livro de Antonio Gonzalez Polvillo, *El Gobierno de los Otros: Confesion y Control de la Consciencia en la España de la Época Moderna* (Sevilha: Universidad de Sevilla, 2010), o qual privilegia as experiências de confessionalização que ocorreram no território espanhol. No respeitante aos caso português e brasileiro, e para panorâmicas relativamente recentes que, sob alguns aspectos, se aproximam do inquérito aqui realizado, vejam-se os seguintes volumes editados que reúnem estudos de um conjunto alargado de investigadores que se têm dedicado a estas questões e bibliografia aí citada: Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, eds. *Os Outros da Colonização* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012); Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, orgs., *Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX* (São Paulo: Alameda, 2005); Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado e Maria de Fernanda Bicalho, orgs., *O Governo dos Povos* (São Paulo: Editorial Alameda, 2009); Rodrigo Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calaiño e Jorge Flores, orgs., *Raízes do Privilégio. Mobilidade Social no Mundo Ibérico do Antigo Regime* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011); Rodrigo Bentes Monteiro e Sandra Bagno, orgs., *Maquiavel no Brasil. Dos Descobrimientos ao Século XXI* (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015); Rodrigo Bentes Monteiro, org., *Traduções de Maquiavel. Da Índia Portuguesa ao Brasil*, Tempo, v. 20, 2014. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2014/12/rolling-pass_tem_360_pt.pdf Acesso em 24-7-2015; Francisco Bethencourt e Adrian Pearce, orgs., *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World* (Oxford: Oxford University Press/British Academy, 2012); Miguel B. Jerónimo, ed., *Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições* (Lisboa: Edições 70, 2012);

ainda ser directamente recolhidas na memória sobre as modalidades de governo das populações do império, que tem raízes bem profundas, datando pelo menos do século XVI as reflexões críticas sobre o relacionamento entre essas populações, bem como sobre as melhores soluções a adoptar. É o caso, por exemplo, da justificação que, em meados do século XVI, João de Barros se sente obrigado a providenciar, nas *Décadas da Ásia*, em relação à «política de casamentos» de Afonso de Albuquerque, comparando-a com o que os romanos tinham feito no Lácio, ao casarem com as sabinas, ou com o que os próprios portugueses tinham experimentado nas ilhas atlânticas, no século XV, ao promoverem casamentos com imigrantes do Norte da Europa com o objectivo de favorecer o povoamento daqueles territórios.⁷ Desde então, são muitos os textos nos quais ressurgiu o mesmo olhar reflexivo, quer elogiando as decisões assumidas, quer criticando-as, alimentando um reportório de soluções que podiam ser reutilizadas (ou reformuladas) por outros agentes, noutras situações. E que foram sendo convocadas, de facto, em tempos diferentes, até ao momento das descolonizações.

A análise destes processos históricos e das reflexões que os acompanharam deram origem, como é sabido, às duas principais narrativas sobre as modalidades de governo da alteridade em contexto imperial português, para as quais boa parte da literatura tende a reenviar, e com as quais os textos reunidos neste volume dialogam criticamente.

Uma delas, que ganhou carácter científico e doutrinal no luso-tropicalismo, assenta sobre as teorias de Gilberto Freyre acerca do «modo português de estar no mundo», construindo-se em torno da tese de que os portugueses foram mais flexíveis do que outros povos europeus na sua relação com a diferença. A recepção política e académica desta narrativa foi muito importante desde os anos 1960 até aos alvares da democracia, persistindo como «teoria *default*» em muita historiografia sobre o império português.⁸

Nuno Domingos e Elsa Peralta, orgs., *Cidade e Império. Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Coloniais* (Lisboa: Ed. 70, 2013); *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português*, Filipa Lowndes Vicente, ed. (Lisboa: Edições 70, 2014). Para compreender a dimensão atlântica do problema é essencial ter em conta também o livro *Antigo Regime nos Trópicos, A Dinâmica Imperial Portuguesa (Sécs. XVI a XVIII)*, orgs. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (2.^a ed., Rio de Janeiro: 2010), e o debate por este suscitado.

⁷ João de Barros, *Ásia. Dos Feitos dos Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares da Ásia* (Lisboa: INCM, 1988), *Segunda Década*, livro 5, capítulo 2: 198; *Quarta Década*, livro 7, cap. 11, 470-473.

⁸ Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo»: Luso-Tropicalismo e Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999; *Novas Leituras de Gilberto Freyre do Outro Lado do Atlântico*, eds. Cláudia Castelo e Marcos Cardão (São Paulo: Edusp, 2015); Marcos Cardão, *Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*,